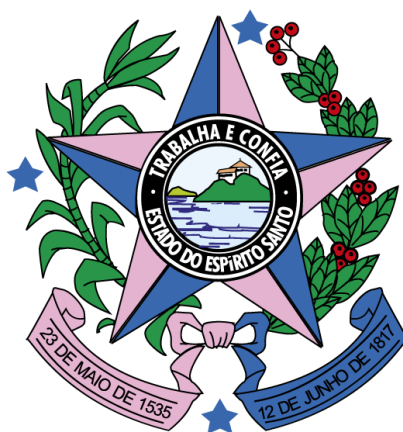




ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO  
E GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

# PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL



***GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO***

*Secretaria de Saneamento, Habitação  
e Desenvolvimento Urbano*

**Vitória-ES**

**2016**

# REALIZAÇÃO

*GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*  
*Secretaria de Saneamento, Habitação*  
*e Desenvolvimento Urbano*



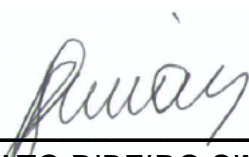
# EXECUÇÃO



**LAGESA**  
**LABORATÓRIO DE GESTÃO DO**  
**SANEAMENTO AMBIENTAL**

## APRESENTAÇÃO

O presente documento é parte constitutiva das etapas para a Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMSB/PMGIRS) e refere-se à definição teórico-metodológica e às estratégias previstas para a Mobilização Social para a elaboração dos referidos planos para os municípios de Alegre, Castelo, Conceição da Barra, Domingos Martins, Iúna, Jaguaré, Marataízes, Muniz Freire, Muqui, Nova Venécia, Pinheiros e Sooretama.



---

RENATO RIBEIRO SIMAN  
COORDENADOR DO PROJETO



---

MARIA HELENA ELPIDIO ABREU  
ASSISTENTE SOCIAL

## **EQUIPE TÉCNICA**

### **Coordenador Geral**

Renato Ribeiro Siman – DSc. Hidráulica e Saneamento Básico

### **Coordenação Técnica**

Daniel Rigo – DSc. Engenharia Oceânica

### **Gerenciamento do Projeto**

Renato Meira de Sousa Dutra – Esp. Engenheiro Ambiental

### **Consultores**

Maria Helena Elpídio Abreu – MSc. Educação

Juliana Carneiro Botelho – Assistente Social

## LISTA DE FIGURAS

Figura 5-1 - Exemplo de Biomapa construído durante reunião de mobilização no município de Colatina/ES. ....	29
Figura 5-2 – Modelo de Formulário de Contribuições para a Audiência Pública. ....	37
Figura 6-1 - Modelo de Cartaz (A3) para divulgação das reuniões de mobilização social. ....	40
Figura 6-2 - Modelo de panfleto (10x15 cm) para divulgação das reuniões de mobilização social. ....	41
Figura 7-1 - Página principal do site do LAGESA.....	42
Figura 8-1 – Modelo de Ficha de Avaliação das reuniões de mobilização social e audiências públicas. ....	43

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1-1 - Municípios contemplados e informações sobre população e área.6	
Quadro 9-1 – Proposta de cronograma para as reuniões de mobilização social. ....	44

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: BUSCA E AFIRMAÇÃO DO DIREITO À CIDADE <sup>9</sup>	
3	ESTATUTO DAS CIDADES E O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: DEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	15
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	18
5	OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO.....	21
5.1	OFICINA DE CAPACITAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DO PMSB E PMGIRS .....	25
5.2	REUNIÃO DE MOBILIZAÇÃO 1 .....	26
5.3	REUNIÃO DE MOBILIZAÇÃO 2 .....	34
5.4	AUDIÊNCIA PÚBLICA FINAL .....	36
6	DIVULGAÇÃO DAS REUNIÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E AUDIÊNCIA PÚBLICA .....	39
7	FORMAS DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E CANAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL .....	41
8	CANAIS PARA RECEBIMENTO DE CRÍTICAS E SUGESTÕES .....	42
9	CRONOGRAMA DAS MOBILIZAÇÕES .....	43
10	RESULTADOS ESPERADOS .....	44
11	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	45

## 1 INTRODUÇÃO

As Políticas Públicas que preveem os PMSB e PMGIRS foram instituídas pelas Leis 11.445/2007 e Lei nº 12.305/2010, respectivamente, que são os instrumentos centrais da gestão dos serviços. Conforme esses dispositivos, o Plano de Saneamento estabelece as condições para a prestação dos serviços de saneamento básico, definindo objetivos e metas para a universalização e programas, projetos e ações necessários para alcançá-la. E o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos vem a complementar as ações do saneamento no âmbito da política pública municipal.

Com a intenção de potencializar a resolução de problemas comuns, qualificar os resultados e otimizar a aplicação de recursos, o Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB) optou pela contratação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMSB/PMGIRS) para os municípios de Alegre, Castelo, Conceição da Barra, Domingos Martins, Iúna, Jaguaré, Marataízes, Muniz Freire, Muqui, Nova Venécia, Pinheiros e Sooretama conforme mostra o Quadro 1-1.

Quadro 1-1 - Municípios contemplados e informações sobre população e área.

<b>Nº</b>	<b>Nome</b>	<b>População (2010)</b>	<b>População estimada (2015)</b>	<b>Área (km²)</b>
1	Alegre	30.768	32.205	772,00
2	Castelo	34.747	37.829	664,06
3	Conceição da Barra	28.449	31.127	1.184,91
4	Domingos Martins	31.847	34.416	1.228,35
5	Iúna	27.328	29.585	461,08
6	Jaguaré	24.678	28.644	659,75
7	Marataízes	34.140	37.923	133,08
8	Muniz Freire	18.397	18.909	679,32
9	Muqui	14.396	15.626	327,49
10	Nova Venécia	46.031	50.294	1.442,16
11	Pinheiros	23.895	26.589	973,14
12	Sooretama	23.843	27.966	586,42
	<b>Total</b>	<b>338.519</b>	<b>371.113</b>	<b>9.111,75</b>

Fonte: IBGE (2015).

Como atribuições indelegáveis do titular dos serviços, a Política e o Plano devem ser elaborados com participação social, por meio de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de

planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

Desse modo, o presente documento apresenta a proposta de Mobilização Social para a efetividade da participação social na elaboração destas importantes políticas públicas, desencadeada pela iniciativa do governo estadual, por meio da SEDURB, sendo esta, fundamental à garantia de direitos e condições de vida das populações dos municípios do Estado do Espírito Santo.

A Lei nº 11.445/2007, que define as diretrizes nacionais para o saneamento básico, estabelece o controle social como um de seus princípios fundamentais e o define como o “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento”.

O objetivo deste plano é mobilizar a sociedade para sensibilização e participação no PMS nos municípios em questão, uma vez que é importante que a sociedade se envolva nas discussões acerca do plano, tendo a oportunidade de conhecerem e entenderem o que acontece com o saneamento das suas cidades, discutirem as causas dos problemas e buscar soluções coerentes.

Tal objetivo pode ser melhor compreendido na exposição dos objetivos específicos que seguem abaixo:

- a) Refletir as necessidades e anseios da população;
- b) Apresentar caráter democrático e participativo, considerando sua função social;
- c) Envolver a sociedade durante todo o processo de elaboração do PMSB;
- d) Sensibilizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e conservação dos recursos naturais;
- e) Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental; e
- f) Estimular a criação de novos grupos representativos da sociedade não organizada através da criação de conselhos ou fóruns relacionados à



temática que defenda os interesses dos usuários dos serviços de saneamento básico, tendo em vista o princípio da universalização desse setor. Sendo assim, esses novos grupos deverão transpor a prática de defesa dos interesses privados disputados pelas pessoas organizadas, mas, deverá pautar o horizonte de atendimento da política de todo o território de maneira equitativa.

Sendo assim, percebe-se a importância dada ao estímulo à participação da sociedade, processo que permitirá elaborar um plano coerente e adequado com a realidade local e capaz de promover a melhoria da qualidade de vida da população local propiciados por uma melhor prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

Dessa maneira, o PMS, no que concerne à mobilização social, abará atividades para a mobilização social, tais como:

- a) Identificação de atores sociais envolvidos no processo de elaboração do PMSB em cada município;
- b) Identificação e discussão preliminar da realidade atual dos municípios, no âmbito do saneamento básico;
- c) Capacitação, audiências, encontros técnicos participativos; e
- d) Divulgação da elaboração do PMS a todas as comunidades (rural e urbana), bem como a maneira que será realizada tal divulgação.

Com a finalidade explicitada, este documento está organizado em três momentos. O primeiro apresenta a relevância da participação social na democratização das políticas públicas no Brasil, com destaque para a compreensão deste processo na conquista e afirmação do Direito à Cidade, em seus aspectos teóricos e políticos. A segunda traz em linhas gerais, as diretrizes preconizadas no Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001) no que diz respeito aos processos democráticos para a efetivação das políticas urbanas, destacando-se dentre estas, o Saneamento Ambiental. Finalizando, trataremos dos procedimentos metodológicos de execução do Plano de Mobilização Social (PMS) nos municípios, considerando as orientações normativas e pedagógicas do trabalho técnico social adotado a ser desenvolvido nos municípios relacionados.

Vale destacar que as orientações normativas e pedagógicas estão pautadas nos princípios democráticos e de educação popular, sendo assim, buscar-se-á atender às demandas legais de controle social prevista em Constituição vigente, Estatuto das Cidades, e, Lei 11.445/2007, através da adoção de procedimentos que garantam a participação social efetiva.

Nesse sentido, o trabalho técnico social executado nos municípios através das Reuniões de Mobilização Social descritas em capítulo cinco deste documento por profissionais da área social (como cientistas sociais e assistentes sociais) e da área técnica (representada por profissionais da área de engenharias) será orientado por um posicionamento democrático e comprometido com a população atendida.

Essas orientações normativas e pedagógicas podem ser materializadas pelos procedimentos descritos neste documento, como a adoção de metodologias de divulgação eficientes das reuniões, adoção de uma linguagem acessível em reunião que propicie a desinibição dos presentes, bem como a capacitação dos participantes, a fim de instrumentaliza-los para o controle social efetivo durante as etapas de elaboração e execução dos planos, e, priorização de instrumentos que possibilitem a manifestação, inclusive anônima, dos presentes como a distribuição de fichas de avaliação da reunião, caderno de perguntas em etapa de diagnóstico, e, ficha de contribuições em etapas de discussão dos PPAs e Audiências Públicas Finais.

Essas orientações serão melhor descritas nos tópicos que seguem.

## **2 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: BUSCA E AFIRMAÇÃO DO DIREITO À CIDADE**

O ponto de partida para justificar a relevância da participação social na elaboração, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas está relacionado à relevância do fortalecimento desses espaços para defesa do *Direito à Cidade*, tendo em vista o seu caráter público e fundamental para a sobrevivência e sociabilidade humana contrária à barbárie, hoje instituída no cenário urbano mundial e regional.

O caminho teórico de Henri Lefebvre e outros da matriz crítico-dialética, indica que as cidades refletem o modelo de produção e de reprodução da sociedade, por isso não guardam somente as propriedades essenciais do capital, mas as amplia de forma mágica.

Portanto, o desenho da cidade acompanha a divisão sócio/técnica do trabalho, que se manifesta de forma evidente na posse da terra e seu uso, na segregação entre os bairros e distritos, nas construções, nos serviços, enfim, no *modus vivendi* do lugar. Este modelo da cidade capitalista e privada, moldam a racionalidade e a organização espacial, que é permeada pela formação econômica e política das Cidades e se apresenta nas diferenças e desigualdades, no acesso aos recursos naturais, aos bens e serviços, nas formas e manifestações das identidades culturais, na hierarquia dos locais e grupos, nas formas de consumo e na atuação e influência dos grupos sociais, etc (LEFEBVRE, 1999).

Com este pressuposto, é possível compreender o ciclo de exclusão e segregação do espaço e as condições desiguais do acesso aos bens e serviços no território, por sua vez, geram novos processos de expropriação e marginalização de segmentos populares ao *Direito à Cidade* (LEFEBVRE 2009). Várias situações do cotidiano ilustram este dado do real, tais como: a cisão entre o rural e o urbano, a falta de recursos financeiros e acesso ao transporte coletivo para os que moram mais longe; o tempo de deslocamento das periferias para o centro; a ausência de escolas para o público com menor escolaridade e maior necessidade de elevação do grau de instrução para obter oportunidades de trabalho; a falta de infraestrutura em locais onde as moradias são precárias e mais vulneráveis às intempéries ambientais, etc. Estes dados de realidade nos servem como confirmação das contradições existentes na cidade capitalista industrial, que se baseiam e se estruturam a partir das relações econômicas.

Cabe destacar, que esta dinâmica ocorre da escala do global para o local e as determinações econômicas internacionais vêm crescentemente influenciando na produção dos territórios.

Tomando por base as formas de regulação do Estado moderno em relação às demandas sociais, datada do século XIX, temos hoje um modelo decorrente

das tensões que marcaram os interesses antagônicos das classes sociais, que resultaram em avanços jurídicos. Portanto, a atual democracia pode ser vista como fruto da correlação de forças na direção e organização da relação entre Estado e Sociedade.

Uma das práticas mais importantes da política democrática consiste justamente em propiciar ações capazes de unificar a dispersão e a particularidade das carências em interesses comuns, e, graças a essa generalidade, fazê-las alcançar a esfera universal dos direitos. Em outras palavras, privilégios e carências determinam a desigualdade econômica, social e política, contrariando o princípio democrático da igualdade, de sorte que a passagem das carências dispersas em interesses comuns, e destes aos direitos é a luta pela igualdade. Avaliamos o alcance da cidadania popular quando tem força para desfazer privilégios, seja porque os faz perder a legitimidade diante dos direitos e também quando tem força para fazer carências passarem à condição de interesses comuns e, destes, a direitos universais. (CHAUÍ, 2005, p.26)

Para efeitos da discussão em tela, consideramos como principal referência às transformações ocasionadas com advento da Constituição Federal de 1988 em diante, esta que demarca a descentralização político-administrativa do Estado brasileiro como diretriz jurídica das práticas da gestão participativa e democrática. Tal processo emerge num contexto em que o debate sobre a opção do Estado ganha a cena pública diante dos “abismos” gerados pela hegemonia da dimensão econômica e desenvolvimentista em detrimento da dimensão humana e social.

Numa concepção gramsciana, “a construção hegemônica do grupo dominante não se restringe às relações de dominação e exploração no terreno da economia, mas remete à formação de uma cultura que torna hegemônica e universal a visão de mundo de uma classe” (MOTA, 2005, p. 32). Disso procede a formação de consensos, que, por um lado, garantem a governabilidade dentro de padrões mínimos de sobrevivência e de participação formal da classe trabalhadora nos processos decisórios e, por outro, mostram as fissuras do modelo baseado na acumulação de capitais, em que o Estado

liberal (hegemônico) revela-se incapaz de suprir as reais demandas da população, ficando mais evidente a impossibilidade de separação entre economia e política, base para a compreensão do real e da ação coletiva emancipatória (ABREU e PRADO, 2008). Diante desta perspectiva, a conquista da democracia implica na ampliação e consolidação de garantias e direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, o que pressupõe a distribuição de riquezas socialmente produzidas e o reconhecimento das classes sociais que buscam sua afirmação diante da suposta igualdade social do estado moderno.

Assim, a sociedade ao reivindicar e construir historicamente as políticas públicas, dentre elas as políticas sociais, vislumbra-se como campo de possibilidades, o fortalecimento da democracia em sentido amplo (político, social e econômico), manifestando uma estratégia de tensionamento do modelo social capitalista e explicitando as suas contradições. Já que o alargamento dos direitos sociais e da construção de uma sociedade baseada na justiça e equidade, pressupõe a superação das desigualdades e a plena expansão dos indivíduos sociais (livre de exploração e opressões). Por isso, um longo caminho se coloca na tarefa de radicalização da democracia neste modelo de produção e reprodução da vida social.

Destarte, é possível afirmar que:

[...] a política social é concebida como uma arena de confronto de interesses contraditórios em torno do acesso à riqueza social, na forma de parcela do excedente econômico apropriada pelo Estado. A política social está em permanente contradição com a política econômica, uma vez que aquela confere primazia às necessidades sociais, enquanto esta tem como objeto fomentar a acumulação e a rentabilidade dos negócios na esfera do mercado. Combinam-se, então, as duas funções básicas do Estado capitalista: criar condições que favoreçam o processo de acumulação e articular mecanismos de legitimação da ordem social e econômica. [...] O que equivale dizer que as políticas públicas, sociais e econômicas, longe da ideia de consenso social, são expressões de conflitos de interesses das camadas e classes sociais. Posições em confronto na sociedade

expressam-se no Estado, privilegiada arena de luta política, em torno das políticas sociais e econômicas, ou seja, segundo os interesses preponderantes em determinadas conjunturas históricas (SILVA, 2004, p. 32).

Trazendo esta análise para a recente história de democratização no Brasil, nos deparamos com a sua principal referência jurídica, uma vez que a Constituição de 1988 consagra a participação social no controle das políticas como um dos objetivos a serem alcançados pelo Estado democrático, sendo um dos princípios que demarca uma nova ordem política na sociedade brasileira a partir do momento em que à sociedade é garantido o direito de formular e controlar políticas, provocando um redirecionamento nas tradicionais relações entre Estado e sociedade (ABREU e PRADO, 2008).

Um elemento fundamental para o avanço no modelo preconizado constitucionalmente corresponde ao complexo e necessário processo de municipalização como forma de superar os problemas históricos e viabilizar a descentralização das decisões de acordo com interesses locais, além de permitir a continuidade das políticas e contribuir para superação do modelo fisiologista das políticas sociais no âmbito da gestão pública.

Trata-se, portanto, de uma construção de práticas de Estado, que tem maior poder de articular políticas econômicas e sociais, características das concepções de Estado desenvolvimentista (modernização conservadora), marcante no Estado brasileiro ditatorial e ainda, do neoliberalismo predominante nas últimas décadas. As experiências participativas ganharam expressão nas décadas de 80 e 90, nos governos do campo progressista popular. Entretanto, as mesmas colocam-se hoje diante de sérios desafios à sua efetivação, frente ao descenso dos movimentos sociais e o processo de cooptação da classe em torno do pacto social neodesenvolvimentista presente no Brasil desde o governo FHC, se aprofundando nos governos Lula e Dilma.

Iamamoto (2007), alega que o que está em questão é a capacidade da sociedade buscar em meio às contradições e possibilidades do tempo presente, as respostas efetivas ao agravamento da questão social e ao desmonte do Estado como espaço público e democrático de garantia de

direitos universais, frente ao focalismo e privatização dos espaços públicos em curso.

Forças políticas diversas - de um lado por exigências da democracia formal nos projetos de financiamento do Banco Mundial, visando o controle das massas e a formação do consenso e de outro, as demandas reais da classe trabalhadora - o Estado brasileiro, incorporou na sua forma de governo a participação popular e o controle social, que emergiram no bojo das demandas dos movimentos sociais e da luta por direitos desencadeadas na década de 80 e que culminaram com a descentralização político-administrativa da Constituição de 88. Tal legislação, prevê dentre outras, a exigibilidade e institucionalização da criação de instâncias participativas como parte da formulação, controle e avaliação das políticas públicas, bem como pode servir como estratégia para o fortalecimento do regime democrático brasileiro por meio da participação popular, colocando no cenário político a disputa por interesses coletivos mais amplos.

Dessa forma, os instrumentos como Plano Plurianual de Aplicação (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e os planos locais de desenvolvimento passam também a expressar a racionalidade e intencionalidade dos governos em relação ao atendimento das demandas sociais, econômicas e políticas no espaço contraditório e em disputa na esfera pública das cidades.

Além de instrumentos de gestão, incorpora-se nesta dinâmica os conselhos de políticas de defesa de direitos que podem ser definidos como insta a seguir

Os conselhos podem, então, ser avaliados como uma das arenas das quais tem se processado a disputa em torno desses modelos, projetos políticos e por parcelas de poder. Não devem ser tomados como uma instância privilegiada ou de importância crucial, mas compõem o conjunto das instituições, arenas, experiências e práticas com as quais a experiência democrática brasileira tem se realizado (DAGNINO, 2003:30). Ao lado das experiências do orçamento participativo, das conferências, plenárias temáticas, audiências públicas, plebiscitos e fóruns, somam-se a conquista desse espaço de tematização das

questões sociais, articulação, negociação e decisão. (FERRAZ, 2006, p. 71)

Desde então, outras formas de participação social passam a fazer parte nos processos de elaboração e acompanhamento das políticas sociais no Brasil. Dentre elas, encontram-se as políticas urbanas.

### **3 ESTATUTO DAS CIDADES E O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO: DEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Reconhecida pelo avanço jurídico-social, a CF de 88 preconiza a função social das cidades em seu artigos 182 e 183, regulamentados na Lei nº 10.257/2001, que dispõe sobre o Estatuto das Cidades. O artigo 1º, afirma que o Estatuto *“estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulamentam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.”* (BRASIL, 2001, p.1)

Em conformidade com esta lei, a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, onde um dos princípios do Estatuto trata da gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Vale lembrar que a política de saneamento ambiental é parte integrante das políticas de desenvolvimento urbano, juntamente e de forma integrada, à habitação, à mobilidade e o trânsito, à regularização fundiária e ao planejamento territorial.

Sabe-se que acesso aos serviços de saneamento básico e condição essencial para se garantir níveis adequados de saúde pública. Os documentos oficiais da política de saneamento básico indicam que o investimento neste setor deve ser, portanto, prioritário, pois resulta em melhoria da qualidade de vida da população e contribui diretamente para a sustentabilidade ambiental.

Nos últimos anos, de acordo com o Ministério das Cidades (2009), o Governo Federal tem investido fortemente no setor, na busca da universalização dos



serviços de saneamento básico, que compreendem o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos, e a drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas, conforme preconiza a Lei no. 11.445/2007. Segundo a citada Lei, que estabeleceu diretrizes nacionais para o saneamento básico, cabe exclusivamente ao município formular a Política Pública e elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, atribuição essa indelegável.

Ainda de acordo com esta lei, o Plano deverá abranger toda a área do município (urbana e rural) e abordar os quatro componentes do saneamento básico, e sua existência será condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico. (BRASIL, 2009)

Outra importante orientação normativa diz respeito à Resolução Recomendada nº 75 de 02 de julho de 2009 que estabelece orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo dos planos de saneamento básico.

Importante também ressaltar que a política e o plano são atribuições indelegáveis do titular dos serviços e devem ser elaborados com a participação da sociedade, por meio de mecanismos e procedimentos que lhe garantem informações, representação técnica e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

O termo de referência estipula que através do Plano de Saneamento Básico, busca-se consolidar os instrumentos de planejamento e gestão, com vistas a universalizar o acesso aos serviços, garantindo qualidade e suficiência no suprimento dos mesmos, proporcionando melhores condições de vida à população, bem como a melhoria das condições ambientais.

Por ser o principal instrumento da política de saneamento básico, o Plano deve expressar um compromisso coletivo da sociedade em relação à forma de construir o futuro do saneamento no território. Deve partir da análise da realidade e traçar os objetivos e estratégias para transformá-la positivamente e, assim, definir como cada segmento deve se comportar para atingir os objetivos e as metas traçadas.

É com esta compreensão que a mobilização e a participação da população são imprescindíveis para a efetivação deste instrumento, desde a sua elaboração ao seu acompanhamento e avaliação com o controle social desta política.

Como já mencionados, os serviços de saneamento estão relacionados de forma indissociável à produção social e reprodução dos sujeitos e sua qualidade de vida, bem como ao processo de proteção dos ambientes naturais, em especial dos recursos hídricos. Nesse sentido, é imprescindível desenvolver ações educativas que possibilitem a compreensão deste como um direito humano inalienável, que deve assegurar-se de forma universal e por isso, a questão exige e estimular a participação popular, engajada e consciente, no enfrentamento dessa questão.

Na busca pela universalização dos serviços de saneamento é fundamental estimular um olhar atento à realidade em que se vive, uma vez que para transformá-la é essencial que a população conheça os diferentes aspectos relacionados ao saneamento, participe ativamente dos foros onde são tomadas as decisões sobre as prioridades de empreendimentos e exerça controle social ao longo do processo. Para revertermos o panorama socioambiental em que vivemos, é importante explicitar os diversos interesses de atores da sociedade visando enfrentar essa realidade, em que as injustiças socioambientais estão cada vez mais acirradas e o modelo de privatização se espalha a todas as esferas da vida social. (BRASIL, 2009)

Nesta perspectiva pressupõe-se o processo de elaboração do Plano como um espaço fundamental para a educação ambiental, em que o controle social é colocado como necessário à implementação da Política de Saneamento, por meio da participação popular em audiências e consultas públicas, licenciamento ambiental e execução dos planos municipais de saneamento básico, nas revisões tarifárias, em órgãos colegiados e no direito à informação dos serviços prestados. (BRASIL, 2009)

Desta forma, a avaliação da sociedade deve ser encarada como um indicador de desempenho e adequação dos serviços de saneamento, reivindicando a transparência das ações e dos processos decisórios, a segurança, a qualidade e a regularidade dos serviços de saneamento.

Tendo em vista a perspectiva de participação social até aqui desenvolvida, o objetivo central do trabalho de mobilização social é de possibilitar a participação comunitária de forma democrática, para que os moradores possam compreender, refletir e poder intervir de forma mais ativa nas decisões relacionadas ao PMSB. Assim, busca-se a valorização do conhecimento, o interesse, o antagonismo e a experiência dos diversos sujeitos sociais contribuirão para a elaboração do diagnóstico participativo, de modo a garantir a legitimidade e sustentabilidade aos programas, projetos e ações que deles venham a se desdobrar.

A perspectiva do trabalho ao abordar os diferentes temas que norteiam o Plano que abrange os quatro componentes do Saneamento Básico: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais; visa garantir ainda, a integralidade e a intersetorialidade dos problemas identificados, bem como as suas possíveis soluções. (BRASIL, 2011).

#### **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

As abordagens participativas, apesar de suas contradições e diferentes funcionalidades, são amplamente difundidas e inclusive servem para subsidiar e dar materialidade às orientações normativas das políticas urbanas. Desde a aprovação do Estatuto das Cidades (2001) em várias cidades brasileiras, tendo em vista que “Pelo planejamento territorial, vem se construindo a concepção de que é possível converter a cidade em benefício para todos; pode-se democratizar as oportunidades para os moradores para o uso dos recursos disponíveis de forma democrática e sustentável” (BRASIL, 2005, p.14)

Entretanto, apesar dos avanços, as experiências têm mostrado que muitos destes processos cumprem formal-burocraticamente, a etapa da “participação”, sob um viés de submeter à aprovação final da população os resultados de uma leitura técnica acerca dos Planos. Ou seja, o espaço para a construção coletiva do Plano, é tido como algo distante, restrita aos segmentos dominantes na dinâmica política das cidades. Segundo Rolnik (2002), o trabalhador que produz a riqueza social e ocupa o território, é historicamente excluído deste

importante processo de decisão dos rumos da Cidade (seja pelo processo, pela linguagem, pela dinâmica, pelo acesso, etc).

Por isso é primordial a presença e o espaço para que a população possa intervir e participar desde a elaboração do Diagnóstico integrado da situação local dos quatro componentes do plano de saneamento básico, a saber:

Abastecimento de água; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. De modo a complementar e apresentar pontos de vista diferenciados ao diagnóstico elaborado pelas equipes técnicas, com seus respectivos dados atualizados, projeções e análise do impacto nas condições de vida da população, abordando necessariamente:

- a) As condições de salubridade ambiental considerando o quadro epidemiológico e condições ambientais;
- b) A estimativa da demanda e das necessidades de investimentos para a universalização do acesso a cada um dos serviços de saneamento básico, nas diferentes divisões do município ou região; e
- c) O modelo e a organização jurídico-institucional da gestão, incluindo as formas de prestação dos serviços, os instrumentos e o sistema de regulação e fiscalização, o sistema de cobrança, bem como as condições, o desempenho e a capacidade na prestação dos serviços, nas suas dimensões administrativa, político-institucional, legal e jurídica, econômico-financeira, estrutural e operacional, e tecnológica.

Tendo em vista os objetivos propostos para a Mobilização Social, as atividades com a comunidade, serão desenvolvidas por meio de estratégias didático-pedagógicas que privilegiem a compreensão e o diálogo dos participantes acerca dos mesmos conteúdos previstos na legislação, que são, via de regra, pouco conhecidos do público em geral.

Daí, optamos por trabalhar as informações de modo a potencializar o conhecimento prévio dos participantes acerca da realidade local, seus desafios, conflitos e dinâmicas próprias do contexto de cidades de pequeno porte e sua experiência de usos e organização do território, considerando a sua diversidade (urbano, rural, étnica, de gênero, de classe, etc). A abordagem

teórica se pauta na metodologia da “práxis”, como afirma Konder (1992, p. 115):

A práxis é atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática.

Com este pressuposto, entende-se que há um potencial subjacente em todos os sujeitos histórico- sociais e que os processos de construção do conhecimento e da própria realidade se dão de forma dialética, visando sobretudo, a construção de novas hegemonias de acordo com interesses populares (GRAMSCI, 2004). Desse modo, a metodologia se pautará em recursos da educação popular, que adota como princípio a criação de espaços para o exercício dos sujeitos na construção coletiva de uma “consciência para si”<sup>1</sup>, uma vez que as contradições, a dimensão política (aqui a política entendida como exercício do Ser Social), os interesses universais, são colocados como possibilidade de formação e motivação para ação dos participantes. Portanto, embora a discussão tenha o foco na elaboração do PMSB, a metodologia se propõe como espaço formativo, em sua dimensão ético-política, no sentido de buscar a reflexão do processo “Porque, para que, para quem, como?”, alcançando dessa forma o que Traspadine (2009) sugere como pressuposto do método de trabalho com a população.

A formação política, com base na educação popular, nestes espaços é um elemento constitutivo dos encontros. Com ela, vamos passo a passo, a partir do que os sujeitos trazem, reconsiderando nosso saber coletivo.

Sujeitos que acham que sabem pouco, se reconhecem conhecedores de algo. Sujeitos que acham que sabem um pouco mais, reveem suas posições no encontro com outros. E o sujeito político que emana daí sai revigorado para uma práxis

---

<sup>1</sup> De acordo com pensamento de Marx, do conceito de “classe em si” e “classe para si”.

reflexiva e revolucionária. Sai com o ímpeto de aprender fazendo, fazer pensando, construir um processo firmando suas bases em um nós. (TRASPADINE, 2009, p.02)

## **5 OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO**

Passando à operacionalização dos trabalhos, a primeira etapa trata da constituição de um Comitê Técnico Executivo (CTE). Este grupo de trabalho será formado por diferentes segmentos sociais nos municípios e designados por meio de Decreto, bem como outros atores do quadro executivo das prefeituras municipais. Cabe destacar neste momento a necessidade da participação da sociedade civil organizada na composição dos CTEs municipais, em atendimento ao § 6º do Art. 34 do Decreto Nº 8.211/2014, que altera o Decreto Nº 7.217/2010. O mesmo veda aos titulares de serviços públicos de saneamento básico acesso aos recursos federais ou aos geridos ou administrados por órgão ou entidade da União, sem antes ter instituído legalmente até 31 de dezembro de 2014, órgão colegiado para garantir controle social.

Segundo o Art. 34 do capítulo III do Decreto 7.217/2010, que trata da regulação dos serviços de saneamento básico para garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas para os serviços, o controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá ser instituído mediante adoção, entre outros, dos seguintes mecanismos:

I - debates e audiências públicas;

II - consultas públicas;

III - conferências das cidades; ou

IV - participação de órgãos colegiados de caráter consultivo na formulação da política de saneamento básico, bem como no seu planejamento e avaliação.

Veja que o § 3º do mesmo artigo, disciplina que nos órgãos colegiados mencionados no inciso IV do caput, deverá ser assegurada a participação de representantes:

I - dos titulares dos serviços;

II - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;

IV - dos usuários de serviços de saneamento básico; e

V - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

Dessa forma, é importante entender que as funções e competências dos órgãos colegiados a que se refere o inciso IV do caput poderão ser exercidas por outro órgão colegiado já existente, com as devidas adaptações da legislação segundo o § 4º do Art. 34.

Assim, inicialmente serão instituídos por Decreto os CTEs nos seguintes municípios: Alegre, Lúna, Muniz Freire, Castelo, Muqui, Domingos Martins e Marataízes (denominamos grupamento ao sul da Microrregião Metropolitana) e Nova Venécia, Sooretama, Jaguaré, Conceição da Barra, Pinheiros (denominamos grupamento ao norte da Microrregião Metropolitana), considerando a diversidade e particularidades locais, com divisão para facilitar a logística e os deslocamentos para reuniões gerais.

Estes grupos formados por representantes da sociedade civil organizada e poder público (paritariamente), acompanharão e contribuirão com todas as etapas deste trabalho de mobilização para a elaboração, visando alicerçar as bases para formação de um grupo que no futuro possa realizar o acompanhamento e a avaliação das ações do PMSB em seus respectivos municípios.

O CTE será responsável por acompanhar todo processo de elaboração do Plano, propor critérios para escolha de prioridades, analisar e emitir pareceres sobre os produtos propostos. O CTE contará ainda com um Comitê Consultivo responsável por acompanhar a elaboração do Plano e fornecer subsídios para as discussões e análises do CTE.

Será realizado como primeira ação deste plano de mobilização, um mapeamento dos segmentos e setores organizados da cidade, com o envolvimento dos diferentes segmentos da cidade (urbano e rural). É necessário ainda, definir junto ao CTE e gestor do contrato da SEDURB, as

estratégias de comunicação e mobilização popular, de modo a acionar os diversos grupos e comunidades para o processo (por exemplo: divulgação por meio de cartazes, carro de som, sites, rádios comunitárias, entre outros).

Além dos CTEs municipais será formada uma Equipe de Fiscalização (Gestor/Fiscal) composta por técnicos da SEDURB (Contratante) com a função de gerenciar, acompanhar e fiscalizar a elaboração dos planos observando as contribuições do CTE de cada município.

As reuniões de mobilização Social serão desenvolvidas ora nas Sedes dos Municípios, onde a população se concentra na área urbana, e via de regra possui uma concentração maior de entidades, associações, empresas; além de propiciar a mobilidade de moradores dos Distritos do interior de forma mais centralizada, ora em encontros centralizados pactuados com o CT e gestor do contrato visando a otimização de recursos e tempo de execução dos trabalhos, conforme dinâmica apresentada no Plano de Trabalho.

De maneira geral, as reuniões de mobilização serão desenvolvidas nas seguintes fases:

- Oficina de capacitação do Grupo Técnico Executivo e demais agentes sociais a serem convidados pela UFES, após concordância da SEDURB;
- Reunião de Mobilização 1: Para elaboração do Diagnóstico Técnico-Participativo, sendo aplicadas 01 por município (atingindo a população em geral nas áreas urbanas e rural);
- Reunião de Mobilização 2: Para definição dos Objetivos e Metas e Pactuação dos Programas, Projetos e Planos de Emergência e Contingência avaliados para o município. Envolvendo prioritariamente o CTE e as representações e lideranças comunitárias de cada município;
- Audiência Pública, para aprovação dos Planos de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

A capacitação consiste na reunião com os 12 CTE's nomeados para tal fim, além de convidados como: demais organizações não governamentais (ONGs), secretários, vereadores, prefeitos, organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), associações, cooperativas, sindicatos, grupos organizados



com o intuito de apresentar o Plano de Trabalho e pactuar o Plano de Mobilização Social. O local, data e horários serão definidos pela equipe técnica da UFES com após admissão da SEDURB.

Já no que se refere à finalidade da Mobilização 1, trata-se de se elaborar de forma participativa o diagnóstico situacional dos municípios, bem como apontar os cenários de evolução com indicação de prioridades para a fase seguinte dos programas, projetos e ações. Esta etapa da mobilização será realizada em locais, datas e horários definidos com cada um dos 12 CTE's, considerando a logística de deslocamentos e visitas técnicas da equipe da UFES.

A prioridade é garantir a participação de representações de bairros, associações e entidades de classe, por isso a estratégia adotada será a de grupo focal, por atingir um universo qualitativo que possa responder às expectativas do PMSB. Entretanto, a população poderá fazer-se presente de forma aberta.

No que se refere à finalidade da Mobilização 2, necessária à aprovação da etapa de programas, projetos e ações (PPA), as reuniões ocorrerão também por meio de grupo focal, tendo em vista a apuração de resultados comprovados em experiências anteriores da equipe técnica de mobilização, juntos aos demais municípios de Estado.

Recomenda-se que as reuniões deverão ocorrer em espaços públicos disponibilizados pelas Prefeituras Municipais ou Governo Estadual e devem-se assegurar a participação representativa de Lideranças Comunitárias, Municípios, Sociedade Civil Organizada, Câmaras de Vereadores assim como a sociedade interessada de modo a legitimar o processo participativo na elaboração dos PMSB.

E, finalmente, a Audiência Pública deve deliberar a versão final do PMS dos municípios em questão. Neste momento serão discutidas as propostas formuladas pela equipe técnica com base no acúmulo dos processos participativos anteriores e apresentada a Minuta dos respectivos Projetos de Lei do PMSB e do PMGIRS, dos municípios de Alegre, Iúna, Muniz Freire, Castelo, Muqui, Domingos Martins e Marataízes, Nova Venécia, Sooretama,

Jaguaré, Conceição da Barra, Pinheiros para apreciação da plenária. Segue o detalhamento de cada encontro.

### 5.1 OFICINA DE CAPACITAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DO PMSB E PMGIRS

Considerando que os problemas de saneamento de uma localidade não são apenas de responsabilidade do Governo, mas também da sociedade, a mobilização da sociedade em torno das questões de saneamento local são de extrema relevância. Porém, antes da execução das ações de mobilização, é necessário que se propicie um momento de apresentação e capacitação e sensibilização dos sujeitos sociais para o trabalho de informação e difusão da elaboração dos planos. Neste momento também serão aprovados os Planos de Trabalho e Mobilização que regerá todas as futuras etapas de execução do projeto: Construção dos PMSB e PMGIRS. Compõem esta etapa as seguintes atividades:

- a) Levantar a relação e contatos das dos atores sociais (Organizações não Governamentais - ONG's), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), associações, cooperativas, sindicatos, grupos organizados; Escolas; Gestores Públicos; Universidades, centros de pesquisa e escolas técnicas; Movimentos sociais; Parlamentares; Técnicos e companhias de saneamento; Agentes comunitários e Setor privado), bem como analisar a distribuição destas pelo território municipal, sendo assim possível detalhar elementos para construção das Unidades Territoriais de Análise e Planejamento (UTAPs) e construção dos Biomapas para as reuniões de capacitação e posterior reuniões de mobilização;
- b) Apresentar, aprovar e sensibilizar o CTE para a tarefa de mobilizar a comunidade local para a participação no processo de elaboração e aprovação dos PMSB e PMGIRS, bem como definir as estratégias para o trabalho;
- c) Determinar junto com os grupos locais qual a melhor forma de comunicação social e divulgação de todas as etapas de construção dos planos;

- d) Coletar críticas sobre as estratégias de mobilização e elaboração dos planos e promover as posteriores correções nos documentos originais.

## 5.2 REUNIÃO DE MOBILIZAÇÃO 1

No que diz respeito à metodologia para a formulação do diagnóstico importa saber que será de caráter participativo, ou seja, o levantamento de dados contará com pesquisa a partir de dados e informações das Prefeituras, mas também contemplará as opiniões dos moradores dos municípios, com suas observações, vivências e conhecimentos acerca das temáticas de saneamento.

De forma geral, a esta reunião de mobilização terá a seguinte estrutura de desenvolvimento: abertura oficial, reflexão sobre o saneamento básico a partir da exibição de um vídeo sobre a temática, leitura comunitária e avaliação do evento.

No momento da chegada dos participantes, haverá um comitê de recepção formado pelo CTE, que se responsabilizará em: preencher um crachá com as devidas identificações de nome, segmento ao qual o participante pertence, localidade que representa bem como os contatos para devidas divulgações de etapas posteriores, entregar uma pasta contendo um bloco de notas, uma caneta e uma ficha de avaliação de evento e folha de rosto contendo objetivos e programação da reunião.

A lista de presença também será preenchida na chegada dos participantes, e nesta lista irão constar nome, entidade/empresa, telefone e região/bairro. Vale destacar ainda que todo o evento será registrado em ata de responsabilidade da profissional de serviço social da Contratada, além de ser fotografado como forma de registro, sobre algumas sugestões a serem inseridas no PMSB.

Por ser o primeiro momento de contato e maior participação das comunidades na elaboração do PMSB, esta se propõe a criar uma ambiência onde os munícipes tenham acesso às informações básicas acerca do Plano, seus impactos, possibilidades e desafios.

Além desta primeira apresentação a ser desenvolvida pela equipe técnica por meio de explanação didática e com uma linguagem acessível, o objetivo

principal será o de promover um espaço de escuta apurada e sistematização das contribuições da comunidade para a elaboração dos diagnósticos técnicos, de modo a complementar as informações do ponto de vista dos moradores que conhecem as reais demandas e principais gargalos na política de saneamento do município.

Pressupõe-se ainda, que este olhar apresente os princípios da Lei 11.445/2007 de Controle Social e Universalização do Saneamento Básico a fim de apurar a leitura técnica para os impactos e consequências da ausência de uma política de saneamento no cotidiano da população, ajudando assim a definir as prioridades de ações e seus possíveis desdobramentos futuros. Esta introdução dos conteúdos acerca do Plano será de responsabilidade do assistente social da equipe contratada.

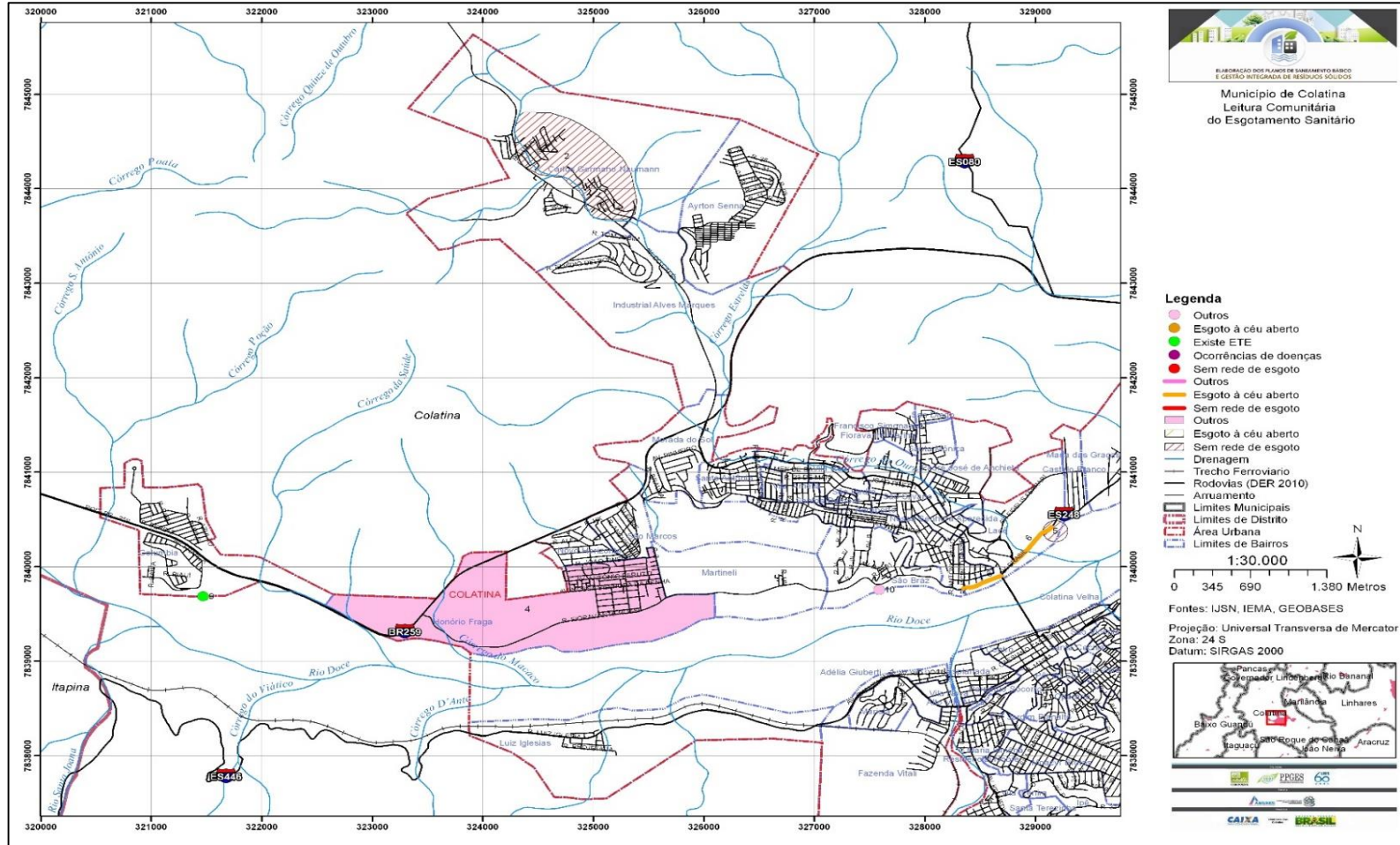
Desse modo, além da apresentação inicial das informações gerais acerca da elaboração dos planos, serão destacados pelo mesmo profissional de serviço social os aspectos que envolvem a importância da participação social preconizada no Estatuto das Cidades e na legislação que orienta a elaboração do PMSB, tendo em vista a representatividade e a participação dos sujeitos que buscam superar as profundas desigualdades sócio territoriais que ocorrem na cidade, onde a população é via de regra, o sujeito ausente na definição dos rumos das políticas urbanas. Estes profissionais apresentarão ainda a proposta metodológica de elaboração de mapas temáticos (Biomapas).

Para isso, a profissional em serviço social, apresentará de forma clara, motivadora e estimulante, o roteiro de questões que nortearão o debate. Neste momento, é importante enfatizar os objetivos propostos e os limites do PMSB, de modo a focar o debate nas questões norteadoras para evitar dispersão do tema e consecução do objetivo da audiência.

Para a construção do Biomapa, é importante que os técnicos das respectivas áreas se façam presentes para espacializar devidamente e traduzir em legenda as informações indicadas pelos moradores. Para isso, o grupo poderá destacar dentre os participantes um ou dois moradores que tenham conhecimento “geográfico espacial” do território para auxiliar o trabalho de marcação no mapa. Para cada tema, um rol de perguntas serão levantadas pelo assistente social, e a partir das contribuições dos participantes serão desenhado pelos

técnicos da engenharia os pontos em destaque, de forma participativa o seu respectivo mapa temático, com o auxílio do software de geoprocessamento (imagens e informações), projetado em Datashow para que toda população tenha acesso aos temas e localizações discutidas. A Figura 5-1 exemplifica a construção de mapa temático para o eixo Esgotamento Sanitário produzido a partir da reunião de mobilização para o desenvolvimento do Diagnóstico Participativo no município de Colatina/ES.

Figura 5-1 - Exemplo de Biomapa construído durante reunião de mobilização no município de Colatina/ES.



Fonte: Autoria própria.

De modo a garantir a sistematização de todo processo, será destacado um membro da equipe responsável pelo registro in loco de todas as falas e apontamentos da população, de modo a expressar na linguagem escrita os as indicações que ora serão especializadas. A agilidade e fidelidade no registro das falas é fundamental, pois deste relato sairão as bases para a integração da leitura da comunidade com as leituras técnicas (o ideal que haja ainda o registro fotográfico e a filmagem ou gravação da audiência).

Ao final de cada mapa, os moradores deverão indicar as prioridades de ação, tendo em vista as situações mais importantes listadas anteriormente.

Para assegurar a abordagem mais completa possível dos temas em questão sugerimos o seguinte roteiro:

### **5.2.1 Questões Gerais**

- 1) Para onde a cidade está crescendo? Vamos identificar áreas de expansão da cidade e padrões de moradia predominante em cada uma (habitação popular, condomínios de alto padrão, ocupações irregulares, assentamentos rurais, etc)
- 2) O município tem investimentos e obras na área de saneamento para melhorar as condições do município? Quais as principais ações e Onde se localizam?
- 3) A população participa destas decisões e exerce algum tipo de controle social (acompanha, avalia e fiscaliza)? Como?
- 4) A educação ambiental é parte da cultura da cidade? Quais as formas mais importantes para a população? Quem é responsável por elas?

### **5.2.2 Tema 1: Abastecimento de Água Potável**

- 1) Quais as áreas da cidade o serviço de abastecimento de água não chega? Quais são as alternativas dos moradores para conseguir a água (poços artesianos, cisternas, barragens, cacimbas), água de chuva? Existem cuidados sanitários no uso?

- 2) Há uma demanda por parte dos moradores para a cobertura deste serviço nas áreas não atendidas? A quem foi solicitado? Há quanto tempo? Qual a justificativa?
- 3) Há uma frequência e regularidade no abastecimento? Quando há falta de água onde esta ocorre e como a demanda dos moradores é provida durante a falha no abastecimento?
- 4) Como avaliam a qualidade da água fornecida pelo serviço público? Existe alguma diferença em alguma região? Onde?
- 5) A população percebe se há alguma doença motivada pela qualidade da água? Quais doenças, público mais atingido e onde se concentra?
- 6) Todos na cidade podem pagar a tarifa de água? O valor da tarifa é justo? Houve aumento de preços nos últimos anos?
- 7) Conhecem a fonte de abastecimento da localidade (rios, córregos, represas, nascentes, etc)? Qual a qualidade desta fonte e como é preservada?
- 8) Existem ligações e uso clandestino de fornecimento de água em alguma região? Como são feitas? É um comportamento usual nas empresas, agricultura e comunidade?

### **5.2.3 Tema 2: Esgotamento Sanitário**

- 1) Quais os locais do município não tem rede de esgoto? Como é destinado nestes casos (fossa seca, séptica, sumidouro ou outro tipo)? Onde se concentram? Como são mantidas?
- 2) Existe lançamento de esgoto diretamente na rede fluvial (nos rios, córregos ou lagos)? Onde se localizam e quais os prejuízos para a população e ambiente?
- 3) Onde há rede, o esgoto é levado para estação de tratamento? Se não, onde é lançado?
- 4) Existe na região localidades onde a rede de esgoto se mistura com a rede de água pluvial (das chuvas)? Onde se localizam e quais os prejuízos para a população e ambiente?
- 5) Onde existe rede de esgoto, os domicílios estão ligados à mesma? Onde se localiza se concentram? Quais os motivos e impedimentos que limitam o atendimento da comunidade ou a adesão à rede existente?



- 6) Onde existem áreas e domicílios com esgoto a céu aberto e em vias públicas?
- 7) Têm conhecimento de casa sem banheiros? Onde se concentram e qual é a alternativa dos moradores (casinhas ou a céu aberto)? Existem domicílios que têm banheiros fora da casa? Qual o tipo?
- 8) As comunidades tem estação coletiva de tratamento de esgotos? Onde ficam?
- 9) Há lançamento de esgoto industrial na rede coletora de esgoto ou diretamente nos rios e córregos? Onde? Que tipo de indústria?
- 10) Há lançamentos de esgotos provenientes de pocilgas, matadouros, granjas e outros semelhantes nos cursos d'água? Onde se localizam?
- 11) Em áreas rurais há lançamento de agrotóxicos nos cursos d'água? Onde?
- 12) Como funciona a fiscalização destas situações de irregularidades?
- 13) Como a população sofre os impactos da deficiência ou ausência da rede de esgoto ou do seu tratamento? Há casos de doenças e contaminação das pessoas e dos animais? Quais e onde se concentram?
- 14) Há alguma organização para enfrentar estes problemas (quais)?

#### **5.2.4 Tema 3: Manejo das Águas Pluviais Urbanas e Drenagem**

Nos alagamentos por acúmulo de águas pluviais (das chuvas):

- 1) Onde aparecem alagamentos que formam poças quando chove? Com qual intensidade de chuva? E quanto tempo leva para escoar?
- 2) Onde existem na rede de drenagem construída: qualquer obstrução ao escoamento das águas, acúmulo de barro (sedimentos) ou areia?
- 3) Os pontos de alagamentos provocados por águas da chuva estão aumentando? Onde? Quais os motivos?

Nas inundações devidas à elevação do nível da água dos rios e córregos:

- 4) Onde frequentemente áreas são alagadas nas cheias do rio?
- 5) Onde áreas são alagadas somente nas grandes inundações? Com qual intensidade de chuvas?
- 6) Onde existem bancos de areia em rios e córregos (assoreamento)?

- 7) Onde construções estreitam o caminho do rio? Qual tipo de construção?
- 8) Esse fenômeno tem acontecido com mais frequência nos últimos anos? Por quais motivos?
- 9) Existem medidas de prevenção para estas situações? Quais e quem as executa?
- 10) Onde as águas das chuvas têm escavado barrancos, ruas e terrenos? Onde se apresentam os riscos de desmoronamento? Oferece algum risco ou prejuízo para as pessoas ou produção? Quais e onde?
- 11) Ocorre o monitoramento e como se dá? Quais as medidas para resolução dos problemas?

#### **5.2.5 Tema 4: Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**

- 1) Há coleta de lixo na sua comunidade ou bairro? Como é realizada?
- 2) Os moradores conhecem os dias e horários de coleta? Esta programação é cumprida? Se não, em quais locais ocorrem problemas?
- 3) Quais tipos de recipientes utilizados para armazenamento dos resíduos a serem coletados? Esta forma de armazenamento causa algum problema para a comunidade?
- 4) Existe serviço de coleta seletiva? Como é realizado? Quem realiza? Qual a destinação dada ao material coletado?
- 5) Há pontos de coleta para materiais especiais, como pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, medicamentos, pneus? A população tem essa prática de descarte?
- 6) Qual a destinação final do lixo orgânico produzido? É realizado algum tipo de compostagem?
- 7) Existem pontos viciados na comunidade com disposição de lixo (esquinas, terrenos baldios)? É realizada limpeza destes locais pela prefeitura ou pela própria comunidade? Quais resíduos são mais frequentes?
- 8) Existem lixões no município? Estão localizados em quais bairros?
- 9) Existem problemas com mosquitos, ratos e baratas na região? Estes problemas são relacionados com o lixo?

- 10) Existem pessoas vivendo da segregação e aproveitamento do lixo nos lixões, caso estes existam? Como são as condições de trabalho?
- 11) Existem catadores de materiais reaproveitáveis nas ruas dos municípios? Como transportam o material?
- 12) No município existem cooperativas ou associações de catadores de materiais reaproveitáveis? Onde é realizada a atividade?
- 13) As ruas do bairro/comunidade são varridas? Com que frequência (dias da semana)?
- 14) Existem lixeiras espalhadas pela cidade? O número existente atende as demandas da população? Todos os bairros e comunidades contam com lixeiras nas ruas? Se não, quais bairros não contam com lixeiras?
- 15) Como são destinados os resíduos gerados nas construções e reformas? Existem locais apropriados para descarte desses materiais?
- 16) Quais outros resíduos são mais frequentes no seu município/bairro/comunidade? (Resíduos de serviço de saúde, da Construção civil, mineração (mármore e granito), de oficinas mecânicas, outro tipos de indústrias (Citar quais tipos de indústrias).

#### **5.2.6 Finalização da Reunião de Mobilização 1**

Após o levantamento e registro das informações provenientes da população, será feita a avaliação do evento entre os presentes (franquear a palavra para breves considerações a serem registradas) e será reforçado o compromisso com os mesmos para participação das próximas reuniões de mobilização e da Audiência Pública de apresentação do Plano. No tópico 8 CANAIS PARA RECEBIMENTO DE CRÍTICAS E SUGESTÕES estão descritas as ferramentas de avaliação da reunião.

#### **5.3 REUNIÃO DE MOBILIZAÇÃO 2**

Esta reunião consiste em apresentar os Planos, Programas e Ações propostas pela equipe técnica e resultado das contribuições e indicações do CTE e segmentos sociais no PMSB. Realizar-se-á utilizando a metodologia do grupo focal, a partir dos segmentos mapeados em cada município, considerando

ainda, as listas de presenças das atividades do PMSB anteriores a esta etapa. A dinâmica de organização e avaliação seguirão os moldes da Mobilização 1, ou seja, utilizar-se-á os materiais de divulgação: cartazes e flyers, bem como a ligação para os participantes da reunião de mobilização social 1, além da disponibilização de carro de som e chamadas em jornais e rádios locais por parte do CTE do município.

Além desses aspectos de divulgação a reunião de apresentação e discussão com a população sobre os Programas, Projetos e Ações desenvolvidos a partir das demandas detectadas em diagnóstico técnico-participativo contará com uma programação com introdução que destaque os objetivos da Reunião e apresentação de aspectos relevantes e necessários para a condução do momento, ou seja: aspectos relacionados à elaboração dos planos, como marcos e princípios regulatórios, e fases do mesmo.

Seguido os aspectos introdutórios conduzidos pelo profissional de Serviço Social, os representantes das equipes dos eixos de saneamento básico apresentarão os PPAs, sendo a profissional membro da equipe de Mobilização Social responsável por destacar as dimensões ligadas à participação social.

Vale retomar a priorização da adoção de linguagem formal, mas acessível para os presentes a fim de propiciar o ambiente democrático necessário para a promoção da participação social bem como a difusão das informações necessárias para estimular o controle social dessa política. Sendo assim os participantes da reunião serão constantemente estimulados à interagir durante a apresentação das propostas, e ainda, ao final da apresentação de cada eixo do saneamento, a população será instruída a preencher, por escrito, um formulário de contribuições disponibilizado pela Equipe da UFES, demarcando se sentiam-se contemplados ou não com as propostas expostas e registrando propostas e sugestões. Essas contribuições no instrumento específico para esta finalidade serão transcritos pela equipe de Mobilização Social e poderá subsidiar as adequações dos programas, projetos e ações conforme a realidade local.

Ao término da Reunião, a programação prevê a possibilidade de avaliação deste momento pelos presentes.

#### 5.4 AUDIÊNCIA PÚBLICA FINAL

No que diz respeito à Audiência Pública, esta visa apresentar a minuta e os resultados finais dos estudos técnicos que darão subsídio para a elaboração do Projeto de Lei de Saneamento Básico Municipal. Os apontamentos serão registrados e debatidos no sentido extrair da Audiência elementos que aperfeiçoem o PMSB e fortaleça o seu aspecto democrático de construção.

Para coleta das apontamentos serão disponibilizados Formulários de Contribuições onde o interlocutor poderá se identificar e registrar sua contribuição (Figura 5-2).

A audiência será presidida pelo município que dará as boas-vindas aos presentes e fará a apresentação do projeto e do Comitê Técnico Executivo (CTE) envolvido em tempo não superior a 50 minutos. Em seguida a Contratada será convidada à apresentar os Planos desenvolvidos em tempo não superior a 50 minutos. Após as apresentações dar-se-á início ao debate com os presentes.

Figura 5-2 – Modelo de Formulário de Contribuições para a Audiência Pública.

Logo: SUBSIDIÁRIO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO BÁSICO E CENTRO INTEGRADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

### FORMULÁRIO DE CONTRIBUIÇÕES

Nome: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_ Contato tel.: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_

Questionamento:  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Informações adicionais:  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Todos os documentos que compõem o Plano podem ser baixados em:

Fonte: Autoria Própria.

Deve-se se assegurar todos os trâmites legais para a realização da mesma, o que inclui a ampla divulgação da mesma e participação ativa do CTE na aprovação final da PMSB e suas formas de monitoramento e avaliação posteriores, bem como a publicação da audiência em diário oficial e em jornal de grande circulação no município com no mínimo 15 dias antes de antecedência.

Serão utilizados recursos de Datashow para a apresentação da Minuta do Projeto de Lei do PMSB, etapa de responsabilidade do Engenheiro Sênior Coordenador do PMSB, Dr. Renato Ribeiro Siman.

Além disso, o município deve assegurar que haja transporte público disponível para que os munícipes de regiões mais distantes possam comparecer à audiência.

Além desses mecanismos de divulgação deverá haver o cumprimento de requisito normativo que prevê a publicação e convocação da população por meio de edital divulgado no Diário Oficial dos municípios do Espírito Santo com convocatória para a audiência.

Além dos aspectos relacionados à divulgação, consideramos a importância de estruturar um formato de audiência onde os munícipes e representantes possam contribuir ainda com questões e obter esclarecimentos por parte da equipe.

Considerando a extensão do PMSB, o mesmo deverá ser disponibilizado previamente no formato digital em plataformas de acesso do LAGESA, nos seus cadernos de diagnóstico, prognóstico, planos, projetos e ações além do caderno de indicadores.

A reunião também contará com o cadastramento dos presentes a fim de subsidiar análise de representatividade, bem como alimentar o banco de dados que poderá ser consultado para o prosseguimento dos trabalhos de controle social e revisão do plano nos próximos anos de execução do mesmo.

Conforme preconizado nas demais etapas de mobilização social, a equipe do LAGESA deverá adotar uma linguagem formal e acessível aos presentes no processo de apresentação dos planos, bem como estimular que acessem o material completo para que possam se instrumentalizar e acompanhar, de maneira qualificada, o processo de execução dos planos. Essa linguagem também propicia o ambiente de debate que seguirá após às apresentações do plano. Além da possibilidade de manifestação oral dos presentes, também serão disponibilizados instrumentos de contribuições que permitirão o registro. Esses instrumentos serão transcritos pela equipe do LAGESA.

À equipe de mobilização social caberá realizar o registro da reunião afim de elaborar o relatório da mesma.

## **6 DIVULGAÇÃO DAS REUNIÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Com o intuito de ouvir a sociedade organizada e os segmentos envolvidos, as chamadas para as reuniões e audiências públicas ficarão sob a responsabilidade do gestor municipal e do CTE, deverão ser amplamente divulgadas em todo município, com a utilização das seguintes ferramentas:

- a) Distribuição de panfletos, elaborados pelo CONTRATADO, em papel timbrado (conforme Figuras 6-1 e 6-2);
- b) Divulgação por meio de rádios comunitárias, que ressaltará a importância do PMSB e convidará a sociedade a participar da sua elaboração;
- c) Sonorização volante, com uma gravação convidando a sociedade.

Outras formas de convite de entidades e segmentos dos municípios à participação se darão por:

- a) Convocação nos conselhos municipais à indicação de membros para participar;
- b) Encaminhamento de ofícios/convites para as associações de moradores, ONG's, empresas;
- c) Encaminhamento de ofícios/convites a partir do banco de dados das Prefeituras;
- d) Convites por meio de agentes de saúde às famílias referenciadas Centro de Referência da Assistência Social dos municípios (CRAS);
- e) Convocação de técnicos, que estarão disponíveis durante as reuniões públicas para prestar informações adicionais demandadas pelos presentes, em especial no momento da formação de grupo de discussão após as apresentações; e
- f) Convocação dos Legislativos Municipais.



Figura 6-1 - Modelo de Cartaz (A3) para divulgação das reuniões de mobilização social.



**ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO  
E GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

A Prefeitura Municipal de [ ] e a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES convidam para a Reunião participativa (Mobilização 1) para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Esta é uma das atividades para a construção do Plano do município de [ ]

**DATA:**  
**HORÁRIO:**  
**LOCAL:**

Realização

[ ]

Fonte: Autoria própria.

Figura 6-2 - Modelo de panfleto (10x15 cm) para divulgação das reuniões de mobilização social.



Fonte: Autoria própria.

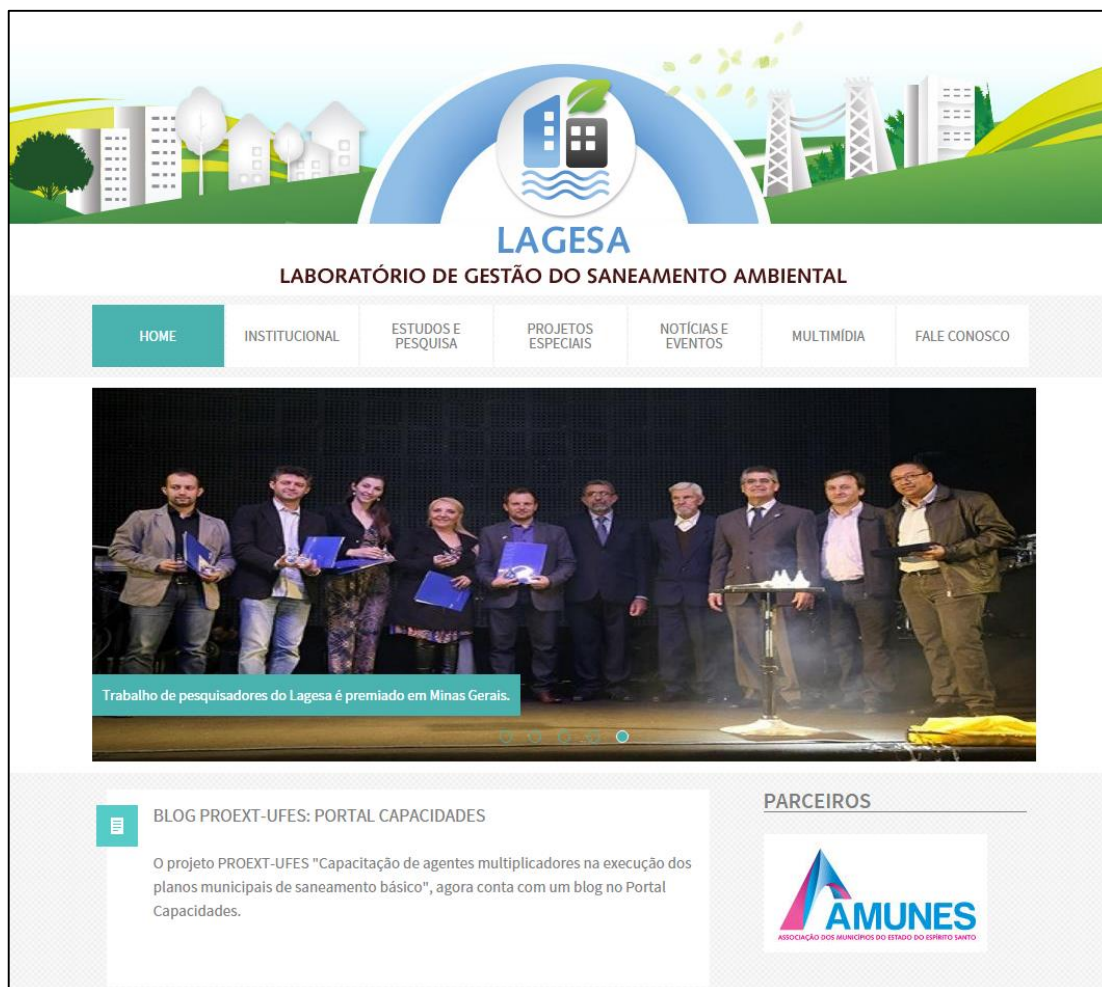
## 7 FORMAS DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E CANAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A participação social estará garantida durante todo o trabalho de elaboração dos planos por meio da efetiva participação de representantes da sociedade civil no CTE como também por meio das reuniões de mobilização social e audiência pública previstas neste documento.

As prefeituras municipais e a UFES disponibilizarão contatos de correio eletrônico (e-mail) e contatos telefônicos para que a população possa se informar sobre o processo de elaboração, objetivos e desafios dos planos.

Além destes canais a sociedade e demais interessados poderão ter acesso a todos os relatórios confeccionados pela Contratada por meio do portal do Laboratório de Gestão do Saneamento Ambiental (LAGESA) disponível no link [www.lagesa.ufes.br](http://www.lagesa.ufes.br) e por meio dos sites das prefeituras municipais, conforme apresentado na Figura 7-1.

Figura 7-1 - Página principal do site do LAGESA.



Fonte: Autoria própria.

## 8 CANAIS PARA RECEBIMENTO DE CRÍTICAS E SUGESTÕES

Além dos canais de participação social citados serão confeccionadas fichas de avaliação (Figura 8-1) para todas as reuniões de mobilização social e audiências públicas a fim de levantar os aspectos gerais no que se refere ao conteúdo, processo de mobilização, contribuições, metodologia e estrutura destinadas às reuniões, bem como aspectos relevantes destacados pelos participantes.

As fichas de avaliação serão distribuídas aos presentes durante o credenciamento dos mesmos e recolhidos ao final da reunião. Posteriormente, os dados obtidos serão compilados e as informações apresentadas ao CTE por meio de relatório.

Figura 8-1 – Modelo de Ficha de Avaliação das reuniões de mobilização social e audiências públicas.



ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO  
E GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

### FICHA DE AVALIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE XXX

Local: XXX – ES  
Data: XX de XXXXX de 201X.

Orientação para preenchimento: Marcar um X na opção desejada.

1 - SOBRE A REUNIÃO	SIM	NÃO	EM PARTE
A programação esclareceu como foi a elaboração do Plano			
O mesmo atende às demandas do planejamento para o município			
O plano poderá contribuir para planejar as ações futuras			
Está envolvido em movimentos sociais ou associações da sociedade civil			
As lideranças foram informadas e mobilizadas para vir participar da reunião			
Possibilitou novos conhecimentos sobre o tema			
Sente-se motivado para continuar acompanhando a implementação do plano no município			
O tempo para a reunião foi suficiente para a apresentação e debate			
2- MATERIAL E INSTRUMENTOS UTILIZADOS:	SIM	NAO	EM PARTE
Foi adequado aos objetivos e conteúdos			
Despertou interesse para aprofundamento do conhecimento			
Foi de boa qualidade			
Foi organizado de forma a facilitar a participação			

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO GERAL				
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	ÓTIMO	BOM	REGULAR	PRECISA MELHORAR
Mobilização e divulgação				
Horário do evento				
Localização				
Instalações físicas				
Material visual				
Serviço de Apoio				
Conteúdo da reunião				
OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES:				

AV. FERNANDO FERRARI, 514, CT IV, SALA 20, CAMPUS UNIVERSITÁRIO ALAOR DE QUEIROZ ARAUJO, CEP 29075-910, GOIABEIRAS, VITÓRIA-ES, BRASIL.  
TEL.: +55 27 3335-2168

Fonte: Autoria própria.

## 9 CRONOGRAMA DAS MOBILIZAÇÕES

Todas as etapas das realizações das reuniões de mobilização seguirão um cronograma previamente pactuado e elaborado juntamente com o CTE e a SEDURB e seguindo o cronograma presente no Termo de Referência (SEDURB, 2015).

O Quadro 9-1 apresenta a proposta de datas para as reuniões de mobilização. As datas serão pactuadas com os CTEs e com a SEDURB. Os eventos de

mobilização social serão agendados considerando a região e a proximidade entre os municípios e a capacidade de organização dos municípios.

Quadro 9-1 – Proposta de cronograma para as reuniões de mobilização social.

Descrição	Público	Data (indicativo)	Local
Reunião de Abertura	SEDURB e representantes municipais	2ª quinzena de Janeiro/2016	UFES, campus Goiabeiras
Oficina de Capacitação	CTEs	2ª quinzena de Fevereiro/2016	UFES, campus Goiabeiras
Mobilização Social 1	CTEs e comunidades dos municípios contemplados	Março e abril/2016	Município (a definir)
Mobilização Social 2	CTEs e comunidades dos municípios contemplados	Setembro e outubro/2016	Município (a definir)
Audiência Pública	CTEs e comunidades dos municípios contemplados	Novembro/2016	Município (a definir)

Fonte: Autoria própria.

## 10 RESULTADOS ESPERADOS

Com base na apresentação dos dados coletados, a sociedade e o poder público poderão discutir medidas eficazes, visando à implementação das melhorias nos serviços de saneamento básico oferecidos. Assim, poderá ser definida a responsabilidade dos atores envolvidos, com vistas a universalizar o acesso aos serviços públicos. Portanto, a partir desse processo, a garantia de qualidade e suficiência no suprimento, bem como melhores condições de vida à população e das condições ambientais serão uma realidade mais concreta aos munícipes.

É de extrema relevância que o PMSB dialogue com a educação ambiental e sanitária. Sendo assim, espera-se que as prefeituras incentivem a sensibilização e reflexão das questões ambientais e sanitárias para reflexão do problema tanto no processo de discussão do Plano, quanto no de execução. Afinal, para que a população reveja seus hábitos e práticas e os readéquem, se for o caso, e esteja receptível e consciente das novas tecnologias implementadas, é necessário que exista um trabalho de educação ambiental e sanitária continuadas.

Espera-se ainda, que com a mobilização social e as questões advindas dela, como as percepções e opiniões dos moradores, assim como os diagnósticos previstos no Plano, se efetivem na implementação de práticas e tecnologias

adequadas à realidade local, com a mitigação de eventuais impactos ambientais e à saúde. Dito de outra forma visa-se que a mobilização exerça uma conscientização da população e dos políticos para uma melhora da qualidade de vida local.

Outro resultado esperado desse processo participativo, que é a mobilização social, é a construção de um cenário em que a população emergja como atores efetivos, protagonistas na identificação de problemas e proposição de soluções.

## 11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maria Helena Elpidio. PRADO, Tânia Bigosi do. **Estudo sobre a Gestão pública e participação social na Cidade de Vitória – Agenda Vitória (2008-2028)**. Vitória: PMV/SEGES, 2008. Disponível em <[www.vitoria.es.gov.br/agendavitoria](http://www.vitoria.es.gov.br/agendavitoria)>. Acesso em Maio de 2009.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei 10.257, de julho de 2001. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

BRASIL. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Considerações sobre a democracia e obstáculos à sua concretização**. In TEIXEIRA, Ana Claudia. **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Pólis, 2005.

FERRAZ, Ana Targina R. **Cenários da participação política no Brasil: os conselhos gestores de políticas públicas**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 88 nov, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Brasil: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

LEFREBURE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

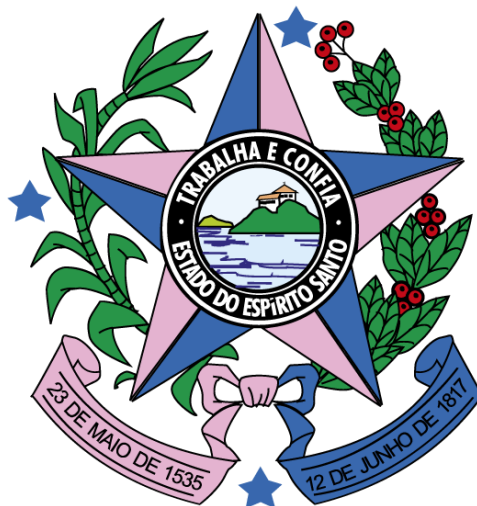
\_\_\_\_\_. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SEBURB. Termo de Referência - Contratação de Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Documento Anexo ao Contrato de Prestação de Serviço nº 006/2015. Processo nº 64657353. 2015.

SILVA, Ademir. A gestão da seguridade social brasileira. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA. Jeane Andréia Ferraz Silva. Sociedade Civil e Conselhos de Assistência Social: contradição entre o adensamento e o esvaziamento da participação. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Sociais. Faculdade de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2005.



## ***GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO***

### ***Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano***

Av. N. S. Navegantes, 635, Ed. Corporate Office - 11º e 12º andar

Enseada do Suá - CEP: 29.050-335 - Vitória / ES

Tel.: (27) 3636-5041 / 3636-5042

E-mail: [secretaria@sedurb.es.gov.br](mailto:secretaria@sedurb.es.gov.br)

[www.sedurb.es.gov.br](http://www.sedurb.es.gov.br)